

## **Desenvolvimento Sustentável e Cultura**

**Autor: Silvio Pinto Ferreira Junior**

**Área: Ciências Sociais**

O panorama mundial nos aspectos econômico, social e ambiental descrito após a "Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento", realizada em 1992 no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como a ECO-92, foi de que a humanidade se encontra em um momento de definição histórica:

"Defrontamos-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos - em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável"[\[1\]](#).

Em termos gerais, pode-se dizer que Desenvolvimento Sustentável é - aumentar a qualidade de vida satisfazendo as necessidades atuais, sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras possam fazer o mesmo[\[2\]](#).

Com a transformação dos tempos e a Globalização a sociedade se volta para uma questão urgente: O Meio Ambiente.

A Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro foi um marco importante nos avanços das discussões sobre a conscientização das questões sobre o Meio Ambiente e crescimento econômico, reunindo a comunidade internacional pela primeira vez para definir compromissos de ação Global para o século XXI, criando a "Agenda 21".

"A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e sub-regionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo

das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados"[3].

Desde então diversos países têm criado medidas em conjunto, como por exemplo, a União Européia, ou individualmente para que os objetivos da Agenda 21 sejam alcançados. Obviamente existem países muito empenhados, outros consolidando medidas e alguns ainda sem nenhum envolvimento com tais objetivos.

Para tanto, o cumprimento dos objetivos da Agenda 21 acerca de desenvolvimento e meio ambiente exigirá um fluxo substancial de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento, destinados a cobrir os custos incrementais necessários às ações que esses países deverão empreender para fazer frente aos problemas ambientais mundiais e acelerar o desenvolvimento sustentável. Além disso, o fortalecimento da capacidade das instituições internacionais para a implementação da Agenda 21 também exige recursos financeiros. Cada uma das áreas do programa inclui uma estimativa indicadora da ordem de grandeza dos custos. Essa estimativa deverá ser examinada e aperfeiçoada pelas agências e organizações implementadoras.

"1.5. Na implementação das áreas pertinentes de programas identificadas na Agenda 21, especial atenção deverá ser dedicada às circunstâncias específicas com que se defrontam as economias em transição. É necessário reconhecer, ainda, que tais países enfrentam dificuldades sem precedentes na transformação de suas economias, em alguns casos em meio a considerável tensão social e política"[4].

Porém as ações, objetivos, atividades e meios de implementação da Agenda 21 serão levadas a cabo pelos diversos atores segundo as diferentes situações, capacidades e prioridades dos países e regiões e com plena observância de todos os princípios contidos na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esse processo assinala o início de uma nova associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável e a partir de então é reforçado por novos encontros para verificar os avanços destes compromissos e determinar novas medidas adaptadas às transformações do planeta em questões ambientais, sociais e econômicas. Como por exemplo, em 1997, as Nações Unidas novamente discutem Sobre Mudanças Climáticas e cria o Protocolo de Kyoto assinado por vários países que se comprometeram a criar medidas de redução dos poluentes[5].

Para que os compromissos sejam adaptados às diversas realidades de cada país, região, estado e cidade, num conceito que parte do "Global para o Local", criou-se a "Agenda 21 Local" que compete desenvolver projetos e planejamentos específicos para uma realidade mais direcionada.

Seria utópico imaginar que os países se uniriam para resolver os problemas do Planeta, cujos efeitos seriam, de forma geral, quase imperceptíveis. No entanto se

cada país, dentro dos compromissos firmados com sua própria realidade ambiental, econômica e social, cumprir suas metas, com certeza o impacto traria conseqüências positivas para todo o planeta.

Tomando como exemplo a *Agenda 21 Local - Compromisso do Município de São Paulo*, aprovada pelo CADES - Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, órgão superior do Sistema Municipal de Meio Ambiente, em 1996, durante a gestão do Prefeito Celso Pitta, são itens fundamentais: o Desenvolvimento Urbano, o Desenvolvimento social, a Qualidade Ambiental e a Estrutura Econômica e Administrativa.

"A elaboração da Agenda 21 de São Paulo, principal centro metropolitano do hemisfério sul, significa um avanço de nosso compromisso em relação a inúmeros pontos da Agenda Global e uma valiosa contribuição ao processo de elaboração da Agenda Nacional (...). O enfrentamento destes problemas dá-se pelo fortalecimento da atuação municipal voltada ao meio ambiente e à qualidade de vida, mas deve ser atribuído fundamentalmente à população paulistana no exercício cotidiano de sua cidadania"[6].

A Agenda 21 Local é um processo de desenvolvimento sustentável e de construção de parcerias entre autoridades locais e outros setores para implementá-las, sendo parte crucial do movimento em direção à sustentabilidade. - "É um processo contínuo e não um único acontecimento, documento ou atividade. Não existe uma lista de coisas a serem feitas, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas pelas autoridades locais e seus parceiros de acordo com as circunstâncias e prioridades locais"[7].

Dentre os compromissos assumidos pela Agenda 21 Local, a cidade de São Paulo incluiu no tratamento sobre o Desenvolvimento Social, o item 6 - Cultura e Meio Ambiente. As Bases para ação são:

"Diversidade é a senha para entrar no mundo da ecologia. No plano da cultura proteger a diversidade significa valorizar o multiculturalismo. O desaparecimento de povos, línguas, formas específicas e insubstituíveis de conhecimento, confirma que amplos setores do mundo civilizado estão abandonando a ética da cultura, que é a ética da liberdade e da defesa da vida. O compromisso com o multiculturalismo solidário é a principal resposta aos novos desafios da globalização e à entropia social e política do fim do século. A explosão demográfica, a urbanização desordenada, a volta ao tribalismo, o terrorismo, a droga, o crescimento vertiginoso das desigualdades sociais e uma corrupção sem fronteiras são apenas alguns dos novos desafios".

Estas ações têm como objetivo:

"Obtenção do equilíbrio entre as culturas da diversidade, presentes no contexto da cidade de São Paulo, e a cultura da globalização e mercado comum, resultante de bens e serviços culturais. Tornar os cidadãos de São Paulo cidadãos do mundo, sem que abandonem suas origens aldeãs. Para tanto, a Administração Pública deverá estar comprometida com a ética da liberdade e estimular estratégias e ações".

Dentre as diversas ações propostas, destaco os itens 6,7,8,9 e 10, por se aproximarem mais das questões relacionadas à proteção e preservação do patrimônio cultural da cidade de São Paulo, conforme segue:

1. Preservar a memória artística e cultural da cidade e seus grupos, através de registros adequados, disponibilizando-os a pesquisadores e estudantes. Ampliar a pesquisa efetuada no Centro de Documentação do IDART (Centro Cultural São Paulo) e agilizar a informatização do seu acervo.
1. Preservar o patrimônio cultural da cidade, utilizando para isso os mecanismos já disponíveis (tombamento, inventários, etc...) e criando outros, incentivadores da ação cidadã da população (incentivos fiscais, autorização para investimento público na conservação de imóveis tombados, etc...).
1. Adequar e aperfeiçoar a legislação regente dos órgãos públicos de administração cultural, flexibilizando seus procedimentos burocráticos, sem perda dos controles exigíveis.
1. Estabelecer parcerias cada vez mais freqüentes e significativas com a iniciativa privada, para a obtenção dos recursos necessários à atuação cultural. A presença do Estado deverá assegurar a liberdade nas manifestações culturais e na criação intelectual, patrocinadas ou não. São Paulo deverá ser, como realidade, uma "cidade-refúgio".
1. Patrimônio Histórico. Na configuração da identidade cultural da cidade, desempenha papel preponderante.

"Destacamos a existência de uma massa de população que se assenta sem criar vínculos perenes entre seus componentes, enquanto grupo social e mediante relações de produção cada vez menos estáveis. À globalização de parte da economia, corresponde o crescimento da massa de população de excluídos com dificuldades crescentes de preservar e forjar a própria cultura; aumentando a ocorrência do

crescimento da cidade de modo segregado. As dimensões ambientais desses problemas incluem a generalizada forma insustentável de ocupação dos espaços urbanos e a diminuição dos espaços públicos da cidade, que não crescem proporcionalmente ao incremento populacional. Coloca-se, enquanto objetivo da ação cultural, participar do processo de consolidação do reconhecimento da pluralidade cultural ou do multiculturalismo solidário, com o fortalecimento do sistema de referências identitárias da cidade"[8].

No contexto da globalização, é preciso verificar que as transformações acontecem em ritmo acelerado e o confronto entre o tradicional e o moderno é inevitável decidindo por si só o que manter e o que deixar cair no esquecimento. Como uma das formas de garantir este direito, tendo a cidade de São Paulo como exemplo, a proteção do Patrimônio Imaterial, amparado pela Lei nº 14.406, de 21 de maio de 2007, é uma das formas de manter vivas as tradições culturais, valorizando a diversidade para a importância do reconhecimento da identidade em suas diversas formas, e reforçando os institutos da cidadania, seja do ponto de vista dos direitos do cidadão, seja do ponto de vista das necessárias prestações estatais na realização de políticas públicas de promoção e garantia de tais direitos.

## **BIBLIOGRAFIA**

DUARTE, Fábio (1998). *Global e local no mundo contemporâneo: integração e conflito em escala global*. São Paulo: Moderna.

LÉVI-STRAUSS, Claude (2001). *Patrimônio Imaterial e diversidade cultural: O novo decreto para a proteção dos bens imateriais*. In: Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro: ORDECC, pp. 23-28 (REVISTA TEMPO BRASILEIRO Nº 147 - 2001).

MIRA, Maria Celeste (1994). *O global e o local: mídia, identidades e usos da cultura*. Margem, São Paulo: Educ, nº 3, pp. 131-149, dez.

SANT'ANNA, Márcia (2001). *Patrimônio Imaterial: do conceito ao problema da proteção*. In: Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro: ORDECC, pp.151-162 (REVISTA TEMPO BRASILEIRO Nº 147 - 2001).

SHERER-WARREN, Ilse (1995). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Cortez.

## OUTROS

"Pequeno Guia da Agenda 21 Local" elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (sem mais referências bibliográficas).

---

[1] Preâmbulo do Capítulo 1 do documento gerado pelo encontro das Nações Unidas no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92).

[2] O conceito foi introduzido em 1997, e se tornou um discurso objetivo e primário usado pela UE.

[3] Item 1.3 do Preâmbulo do Capítulo 1 do documento gerado pelo encontro das Nações Unidas no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92), firmado pela Cúpula da Terra.

[4] Idem Ibidem.

[5] Em 2008, representantes de 191 países se reuniram novamente em Bali para negociar o futuro climático do planeta e discutir quem vai arcar com as metas de redução de gases após o fim do Protocolo de Kyoto, que expirará em 2012. O que esteve em jogo é quanto cada país irá pagar e como cada nação vai lidar com as mudanças no sistema de produção. De acordo com um estudo do Banco Mundial, o impacto das mudanças climáticas poderá reduzir de 5% a 20% o Produto Interno Bruto (PIB) do planeta. É por isso que o mundo acompanhou com atenção a conferência na Indonésia.

[6] Trecho da apresentação da Agenda 21 Local, por Werner E. Zulauf, Presidente do CADES.

[7] Conforme explica o "Pequeno Guia da Agenda 21 Local" elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (sem mais referências

bibliográficas).

[8] Conforme item 6 *Cultura e Meio Ambiente* da Agenda 21 Local da cidade de São Paulo.

Descrição:

Em termos gerais, pode-se dizer que Desenvolvimento Sustentável é - aumentar a qualidade de vida satisfazendo as necessidades atuais, sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras possam fazer o mesmo.